

 Semana de 02 a 06 de Outubro de 2017

CONGRESSO NACIONAL

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO |    |
| MEDIDAS PROVISÓRIAS |   |

SENADO FEDERAL

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO |   Em Sessão Deliberativa Ordinária, a ser realizada na terça (3), às 14h, consta na pauta o debate do [PLS nº 513/13](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115665), do Senador Renan Calheiros (PMDB/AL), que altera a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) dispondo sobre seu objeto e sua aplicação, sobre o condenado e o preso provisório (classificação, assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa e ao egresso); dispõe sobre o trabalho interno e externo do condenado, sobre os deveres, direitos e disciplina do detento; dispõe sobre as sanções, recompensas, do procedimento disciplinar, dos órgãos de execução penal (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Juízo da execução, Ministério Público, Conselho Penitenciário, Departamento Penitenciário Nacional e Secretarias de Estado de Execução Penal no sistema de justiça, Departamento Penitenciário Nacional, Secretarias de Estado de Execução Penal no Sistema de justiça, estabelecimentos Penais, Fundo Penitenciário Estadual, Fundo Rotativo nos Estabelecimentos Penais, Centrais Estaduais e Municipais Alternativas Penais e Patronato, Conselho da Comunidade, Defensoria Pública, Conselho Nacional de Secretários de Estado de Execução Penal no Sistema de Justiça - CONSEJ, OAB); dispõe sobre os estabelecimentos penais (penitenciária, colônia agrícola, industrial ou similar, casa do albergado, recolhimento domiciliar, centro de observação, hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, cadeia pública); dispõe sobre a execução das penas em espécie (penas, privativas de liberdade, regimes, autorizações de saída, permissões de saída, saída temporária, remição, detração, livramento condicional, penas restritivas de direito, suspensão condicional, multa); dispõe sobre a execução das medidas de segurança, dos incidentes de execução e do procedimento judicial.  Na mesma Sessão, também consta o debate, em turno único, do [PLC 7/16](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125364) que dispõe sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. O parecer do relator, Aloysio Nunes (PSDB/SP), é favorável com a Emenda nº 8-CCJ e contrário às Emendas nºs 2 a 7. O parecer do relator, Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), é pela aprovação da Emenda nº 21-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CCJ, e rejeição das demais emendas. |

CÂMARA DOS DEPUTADOS

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO |    |

|  |
| --- |
| PAUTA NAS COMISSÕES |

EDUCAÇÃO

|  |  |
| --- | --- |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA | Senado Federal |CDH| 02 (segunda às 14h, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 06Audiência Pública sobre o tema "Conquistas da LEI DA APRENDIZAGEM: Estratégias, Oportunidades e Potencialidades ao Protagonismo do Infanto-juvenil".Convidados:▪ Deputado Federal Rafael MottaSecretário da Juventude da Câmara dos Deputados▪ Francisco de Assis Costa FilhoSecretário Nacional da Juventude▪ Higino Brito VieiraDiretor de Políticas de Empregabilidade - Ministério do Trabalho - MTE▪ Mafra MerysConciliadora da Justiça Federal e Presidente dos Clubes Unesco - ISEEI/BFUCA▪ Patricia AmaralPresidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Trabalho - FONSET▪ Geraldo OliveiraDiretor da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC▪ Margaret Matos de CarvalhoProcuradora do Trabalho da 9ª Região - Ministério Público do Trabalho▪ Douglas Soares Teles de OliveiraGerente de Relacionamento Institucional do Instituto Brasileiro Pró Educação - ISBET▪ Larissa ManoelaEmbaixadora do Programa Jovem AprendizRepresentante do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social - FONSEAS▪ Representante do Tribunal Superior do Trabalho - TST▪Representante da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Protagonismo Infanto-juvenil▪ Representante da Assembleia Legislativa da Bahia▪ Representante da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva- MDS▪ Representante da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa - MDIC(RDH nº 119/17, do Senado Paulo Paim - PT/RS) |
| CONDICIONA O PAGAMENTO DAS PARCELAS AO CREDENCIAMENTO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL | **Senado Federal |CAS | 03 (terça) às 10h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19**[**PLS 194/12**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106018) – Da Senadora Ângela Portela (PT/RR), que altera a Lei nº 11.977/ 2009 (Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida) para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional. O relatório da relatora, Fátima Bezerra (PT/RN), é pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CE. |
| PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRA (CsF) | **Senado Federal |CE| 03 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**[**PLS 798/15**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124533) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que institui o Programa Ciência sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias. O parecer da relatora, Ana Amélia (PP/RS), é pela aprovação. |
| ALTERA A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL  | **Senado Federal |CE| 03 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**[**PLC 75/17**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130023) **–** Do deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) que altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para incluir o conceito de “educação e aprendizagem ao longo da vida” entre os princípios do ensino, bem como no âmbito da educação de jovens e adultos e da educação especial. O relatório do relator, Cristovam Buarque (PPS/DF), é pela aprovação com emenda. |
| EDUCAÇÃO INDÍGENA  | **Senado Federal |CE | 03 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**[**PLS 737/15**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124008) - Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena. O relatório do relator, Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) é pela aprovação do projeto. |
| DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO  | **Senado Federal |CE| 03 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**[**PL 337/12**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/107343) – Do Senador Tomás Correia (PMDB/RO) que altera a Lei nº 10.260/2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo. O parecer do relator, Senador Ronaldo Caiado, é pela rejeição do projeto (DEM/GO). |
| REQUER AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE VIOÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS | **Senado Federal |CE | 03 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**[**RCE 45/17**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130670) **–** Do Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) que requer Audiência Pública para debater o tema “Violência nas Escolas Públicas”, com a presença dos seguintes convidados: Deputada Federal Pollyana Gama; Miriam Abramovay - Coordenadora da Área de Estudos sobre Juventude da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (ou representante); Gina Vieira Pontes – Professora do Centro de Ensino Fundamental nº 12 de Ceilândia/DF; Marlova Jovchelovitch Noleto - Diretora da Área Programática da UNESCO no Brasil (ou representante); Representante da Secretaria de Educação do DF e um Representante do MEC. |
| REQUER CONVIDADO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLC Nº 130/09 | **Senado Federal |CE| 03 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**[**RCE 52/17**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130860)– Do Senador Pedro Chaves (PSC/MS) que requer a inclusão do convidado a seguir relacionado para participar de audiência pública destinada a instruir o [**PLC nº 130/2009**](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/91855), que trata do “controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa”: Bernardo Pablo Sukiennik – Presidente do Observatório da Liberdade Religiosa - OLIR. |
| DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO PRÉ SAL | **Senado Federal |CAE| 03 (terça) às 10h00, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19.**[**PLS 280/13**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113586)– O Projeto de Lei do Senador Ricardo Ferraço, e outros, dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré- sal. **O relatório é pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado,** que destina os recursos do Fundo Social a educação básica pública especificamente e a saúde pública em sua generalidade. |
| EDUCADOR SOCIAL | **Senado Federal |CAS | 04 (quarta) às 09h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9**[PLS 328/15](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529) – Do Senador Telmário Mota (PDT/RR) que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educadora e Educador Social, relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas, com atuação dentro ou fora dos âmbitos escolares, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais. O relatório é pela aprovação do projeto. O parecer do relator, Senador Paulo Paim (PT/RS), é pela aprovação. |
| DIREITO À EDUCAÇÃO | **Câmara dos Deputados | CSSF | 03 (terça), às 9h30, Anexo II, Plenário 07**[PL 3625/2015](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2055016) – Estabelece diretrizes para o acesso ao direito social à educação e para a priorização dos ideais de coletividade, de solidariedade e do trabalho voluntário. O relatório é pela aprovação. |
| Plano Nacional de Educação | **Câmara dos Deputados | CSSF | 05 (quinta), às 9h30, Anexo II, Plenário 10**Audiência pública para subsidiar os trabalhos da Subcomissão do PNE.Conta com a presença dos seguintes convidados:- REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBINETE,- JARBAS BARBOSA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);- MARILE NA LAZZARINI, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC);- ELIZABETTA RECINE, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).(Requerimento nº 452/17, do deputado Jorge Solla (PT/BA)).  |
| PROGRESSÃO CONTINUADA  | **Câmara dos Deputados | CCJC| 03 (terça), às 14h30, Anexo II, Plenário 01.**[**PL 8200/2014**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=817941) – Estabelece diretrizes para o acesso ao direito social à educação e para a priorização dos ideais de coletividade, de solidariedade e do trabalho voluntário. O relatório é pela aprovação. |

ARMAS

|  |  |
| --- | --- |
| ALTERA O CÓDIGO PENAL | Senado Federal | CCJ| 04 (quarta) às 10h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3[PL 358/2015](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121778) – Do Senador Raimundo Lira (PMDB/PB) que altera os arts. 27 e 288 do [Decreto-Lei nº 2.848/1940](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html) (Código Penal) para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes. O parecer do relator, senador Jader Barbalho (PMDB/PA), é pela aprovação. |
| ALTERA O ESTATUTO DO DESARMAMENTO | **Senado Federal | CCJ| 04 (quarta) às 10h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3**[**PL 224/17**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130029) **–** Altera a [**Lei nº 10.826/2003**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10826-22-dezembro-2003-490580-norma-pl.html) (Estatuto do Desarmamento) para permitir que residentes em áreas rurais, maiores de 21 anos, adquiram arma de fogo de uso permitido quando preenchidos determinados requisitos. O parecer do relator, senador Sérgio Petecão (PSD/AC) é pela aprovação. |

DROGAS

|  |  |
| --- | --- |
| ALTERA A LEI DE DROGAS | Senado Federal | CCT | 04 (quarta) às 08h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7[PL 257/17](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2024504)Do Senador Magno Malta (PR/ES) que altera a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) para dispor sobre a divulgação de informações de prevenção do uso indevido de drogas. O relatório do relator, Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), é pela aprovação da matéria. |

GÊNERO

|  |  |
| --- | --- |
| ALTERA O CÓDIGO PENAL | Senado Federal |CCJ| 04 (quarta) às 10h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3[PLS 291/15](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121288) – Da Senadora Gleisi Hoffman (PT/PR) que altera o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal) para dispor que, no crime de injúria, se essa consistir na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem, gênero ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência a pena de reclusão será de um a três anos e multa. O parecer da relatora, Marta Suplicy (PMDB/SP), é pela aprovação com emenda. |
| ALTERA A LEI MARIA DA PENHA | **Senado Federal | CCJ| 04 (quarta) às 10h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3**[**PLC 4/16**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125318) - Do deputado Alceu Moreira (PMDB/RS) que altera a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. O parecer da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), é pela aprovação com uma emenda. |

JUVENTUDE

|  |  |
| --- | --- |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA | Senado Federal | CRA| 03 (terça) às 11h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7Audiência pública para instruir o [PLS 231/2015](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120768) que altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afins pelos menores de 14 anos.Convidados:▪ Rafael Dias MarquesProcurador do Trabalho - Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho - MPT▪ Sandra Regina CavalcanteProfessora da Universidade de São Paulo - USP▪ Katleem Marla Pires de LimaRepresentante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho de Goiás▪ Alice VoronoffRepresentante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT▪ Mariana de Sousa Machado NerisDiretora do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS▪ Marinalva Cardoso DantasConselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA(RDH nº 81/17 e nº 105/17 da Senadora Marta Suplicy – PMDB/SP) |
| ALTERA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | **Senado Federal | CCJ| 04 (quarta) às 10h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3**[PL 374/16](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127087) – Do Aécio Neves (PSDB/MG) que adequa a redação da Lei nº 8,069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para não conflitar com o novo Código de Processo Civil (no qual os prazos processuais estabelecidos em dias, seja por lei ou pelo juiz, passam a ter somente dias úteis considerados em sua contagem (art. 216)) estabelecendo que seus prazos são contínuos, não se interrompendo ou suspendendo nos dias em que não houver expediente forense. O relatório da relatora, Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), é pela aprovação com emenda. |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA | **Senado Federal | CE | 04 (quarta) às 10h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**Audiência pública para debater o tema "Controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa" e instruir o [**PLC nº 130/2009**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/91855), que "Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa".**Convidado(s)****▪ Vanderlei Vianna**Representante de Igreja Adventista do Sétimo Dia**▪ Paulo Maltz**Vice-Presidente da Confederação Israelita do Brasil**▪ José Roberto Covac**Representante de Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior - Abmes**▪ Andréa Tauil Osller Malagutti**Representante de Conselho Nacional de Educação**▪ Fernando Mariano da Silva**Consultor Legislativo do Senado Federal**▪ Amábile Pácios**Representante de Federação Nacional das Escolas Particulares - Fenep▪ **Priscila Cruz**Representante de Todos pela Educação(RCE nº 64/16 e nº 38/17 do Senador Pedro Chaves - PSC/MS) |
| PEDOFILIA | **Câmara dos Deputados | CSSF | 03 (terça), às 9h30, Anexo II, Plenário 07**[PL 1776/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152524) – Do deputado Paulo Freire (PR/SP) que inclui no rol de Crimes Hediondos os Crimes de Pedofilia , apensado ao [PL 5322/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2084873). O relatório do relator, deputado Rôney Nemer (PP/DF), é pela aprovação. |
| SEXUALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | **Câmara dos Deputados |CCJC | 03 (terça), às 14h30, Anexo II, Plenário 01**[**PL 1454/2015**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1230259) – Do deputado Roberto Alves (PRB/SP), que institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescente a ser realizada, anualmente, de 25 de Junho a 1º de Julho. O relatório do relator, deputado Antonio Bulhões (PRB/SP), é pela aprovação com substitutivo. |
| PRONATEC | **Câmara dos Deputados |CTASP | 04 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário** [**PL 5345/2016**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085145) – Do deputado Laudivio Carvalho (SD/MG), que acrescenta na lei do PRONATEC dispositivo que estimula a participação das mulheres e jovens que residem em assentamentos da reforma agrária em cursos oferecidos por intermédio da Bolsa- Formação. O relatório da relatora, deputada Erika Kokay (PT/DF), é pela aprovação com emenda. |
| ESTATUTO DA JUVENTUDE | **Câmara dos Deputados | CVT | 04 (quarta) às 10h, Anexo II, Plenário 11** [**PL 5048/2016**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152524) – Do deputado Izalci (PSDB/DF) que altera a redação do caput do art. 32 da Lei nº 12.852/ 2013, (Estatuto da Juventude) que inclui o transporte semiurbano no sistema de reserva de vagas para jovens de baixa renda. O relatório do relator, deputado Marcelo Álvaro Antônio (PR/MG), é pela aprovação com substitutivo. |
| CRIMES COMETIDOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES | **Câmara dos Deputados | CSPCCO | 04 (quarta) às 15h, Anexo II, Plenário 06**[**PL 2319/2015**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1570608) – Do deputado Roberto Alves (PRB/SP) que cria incentivos para a prestação de informações que levem ao cumprimento de mandados de prisão referentes a crimes cometidos contra criança e adolescente. O relatório do relator, deputado Rocha (PSDB/AC), é pela aprovação. |
| DEFENSORIA PÚBLICA  | **Câmara dos Deputados | CSDF | 03 (Terça) às 9h30, Anexo II, Plenário 07**[**PL 2371/2015**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1579356)– Do deputado Hissa Abrahão, altera o artigo 107 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata de informação à Defensoria Pública de apreensão de adolescente que não tenha condições de constituir advogado. O relatório é pela aprovação com o substitutivo que apresenta. |

MEIO AMBIENTE

|  |  |
| --- | --- |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA | Senado Federal | CRA | 03 (terça) às 11h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7Audiência pública para debater a situação atual e o planejamento para a Regularização Fundiária na Amazônia Legal.Convidados:▪ Representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)▪ Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)▪ Representante do Programa Terra Legal(RRA 25/17 do Senador Ivo Cassol – PP/RO) |
| CONCEDE ANISTIA AOS MUNICÍPIOS POR INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS | **Senado Federal | CCJ| 04 (quarta) às 10h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3**[**PLS 112/15**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122908)– Do deputado Jovair Arantes (PTB/GO) que concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da [**Lei Complementar nº 140/2011**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2011/leicomplementar-140-8-dezembro-2011-611919-norma-pl.html), nos termos que especifica. O parecer do relator, Senador Davi Alcolumbe (DEM/AP), é pela aprovação da matéria. |
| ECONOMIA DE BAIXO CARBONO  | **Senado Federal | CMMC| 03 (terça) às 14:30h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº7.****AUDIÊNCIA PÚBLICA**Ocorrerá audiência para debater o seguinte tema: "Economia de Baixo Carbono”.**Convidado(s)****Liu Wenbo****Coordenador do Projeto PMR Chinês - Department of Climate Change, National Development and Reform Commission (NDRC)****Eduardo Piquero****Diretor-Geral da MexiCO2 Plataforma Mexicana de Carbono****Juan Pablo Rodríguez****Chefe da Divisão de Fiscalização da Superintendência do Meio Ambiente do Governo do Chile****Marina Rocchi Martins Mattar****Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) e Co-Chair da Coalizão para Liderança em Precificação de Carbono (CPLC) do Banco Mundial****Alfredo Hélio Sirkis****Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC)****Marco Antônio Fujihara****Diretor da Keyassociado****Ludovino Lopes****Advogado Especialista em Direito Ambiental** |
| Povos Indígenas | **Câmara dos Deputados | CMADS | 03 (terça), às 9h, Anexo II, Plenário 02**Seminário sobre as percepções e experiências dos povos indígenas no contexto das mudanças climáticas.Conta com a presença dos seguintes convidados:- ALMERINDA RAMOS DE LIMA, Federação das Organizações Indígenas do Rio Nego (FOIRN – Amazonas);- ANA ROBERTA UGLO, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL) e Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC – Santa Catarina);- ANDRÉ BANIWA, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN – Amazonas);- ÉLCIO MANCHINERI, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC – Acre);- ESTEVÃO BORORO, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC – Acre);- FRANCISCA OLIVEIRA DE LIMA, Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC – Acre);- FRANCISCO CARLOS DIPETA, Articulação dos Povos e Organização Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME – Bahia);- IANNUZY TAPAJÓS MOTA, UMIAB – Pará;- JATUTA WAJÃPI, Conselhos das Aldeias Wajãpi (APINA – Amapá);- JOSIAS PEREIRA KAXINAWA, Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIC – Acre);- MAURICIO TOME ROCHA, Hutukara Associação Yanomami (Roraima);- MAURO PEDROSA, Federação das Organização Indígenas do Rio Negra (FOIRN – Amazonas); - OSCAR APINAJÉ, Associação Wyty Cate dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins (Maranhão);- PAULO SILVA MARUBO, Organização Geral Mayuruna (OGM) e União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIJAVA – Amazonas);- SINEA BEZERRA DO VALE, Conselho Indígena de Roraima (CIR – Roraima);- SOLEANE MANCHINERI, Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC – Acre);- TELMA SANCHES TAUREPANG, Conselho Indígena de Roraima (CIR – Roraima);- VISENI WAJÃPI, Conselho das Aldeias Wajãpi (APINA – Amapá);- VITOR DA SILVA MAYURUNA, Organização Geral Mayuruna (OGM – Amazonas);- YAKARI MEHINAKU KUIKURO, Associação Terra Indígena Xingu (ATIX – Mato Grosso).(Requerimento nº 210/17, do deputado Nilton Tatto (PT/SP)). |
| Amazônia Legal | **Câmara dos Deputados | CAPADR | 03 (terça), às 14h, Anexo II, Plenário 02**Audiência pública para debater o andamento dos processos de regularização fundiária na Amazônia Legal.Conta com a presença dos seguintes convidados:- LEONARDO GÓES SILVA, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);- SORRIVAL DE LIMA, Subsecretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal;- CLETHO MUNIZ DE BRITO, Superintendente do Incra;- CONFUCIO AIRES MOURA, Governador do Estado de Rondônia;- REPRESENTANTE DA CONTAG;- ANTÔNIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA, Diretor do Departamento de Caracterização em Incorporação do Patrimônio (DCIP).(Requerimentos nº 444/17 e 476/17, do deputado Lucio Mosquini (PMDB/RO)).  |
| Licenciamento Ambiental | **Câmara dos Deputados | CME | 04 (quarta), às 9h30, Anexo II, Plenário 14**Audiência pública para debater as cessões parciais de permissão de lavra garimpeira e concessão de Direito Minerário no estado do Maranhão. Conta com a presença dos seguintes convidados:- VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energias;- VICTOR HUGO FRONER BICCA, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);ESTEVES PEDRO COLNAGO, Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM);- RAIMUNDO BENIGNO MOREIRA, Presidente da Central das Cooperativas Associadas da Província Mineral do Oeste Maranhense;- GESSE SIMÃO DE MELO, Vice-Presidente da Central das Cooperativas Associadas da Província Mineral do Oeste Maranhense;(Requerimento nº 145/17, do deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR)). |
| Indígenas | **Câmara dos Deputados |CTASP | 04 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário** [**REQ 290/17**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2153413)– Do deputado Zé Carlos (PT/MA), que requer audiência pública para debater a situação dos Agentes Ambientais Indígenas Araribóia, do Maranhão, em face das constantes ameaças de morte e ondas de assassinato praticadas, principalmente, por madeireiros ilegais que atuam em seu território. |
| Indígenas | **Câmara dos Deputados | CMADS | 4 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 02**[**REQ 233/17**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2153414) **–** Do deputado Zé Carlos (PT/MA), que requer audiência pública para debater a situação dos Agentes Ambientais Indígenas Araribóia, do Maranhão, em face das constantes ameaças de morte e ondas de assassinato praticadas, principalmente, por madeireiros ilegais que atuam em seu território. |
| Licenciamento ambiental | **Câmara dos Deputados | CINDRA | 04 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 15**[**PL 4131/2015**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075715)– Concede compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal e das regiões abrangidas pelo Cerrado, pela manutenção de áreas cobertas por florestas. O relatório do relator, deputado Silas Câmara (PRB/AM), é pela aprovação. |